

CADERNO DE ENCARGOS

PROCESSO N.º 3001/20/0000090

Manutenção da Solução de Suporte à gestão por processos ISSO 20.000 - 2020



Capítulo I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º OBJETO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição pelo **CONTRAENTE PÚBLICO** da manutenção da solução de suporte à gestão por processos ISO 20.000 - 2020, nos termos do artigo 21.º do caderno de encargos.

ARTIGO 2.º CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

CAPÍTULO II

Obrigações Contratuais

Secção I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

SUBSECÇÃO I

Disposições Gerais

ARTIGO 3.º SERVIÇOS ADICIONAIS

1. O **COCONTRATANTE** obriga-se, ainda, a prestar serviços de upgrade de versão mediante uma bolsa de 1.280 horas.
2. O **COCONTRATANTE** fica obrigado a prestar os serviços mencionados no número anterior da seguinte forma:
 - a) Os serviços serão prestados na sede do **Contraente Público** das 9 horas às 18 horas nos dias úteis (incluindo feriados municipais, salvo o do concelho de Oeiras);
 - b) As tarefas serão planeadas e executadas de acordo com as prioridades definidas pelo **Contraente Público**;



- c) O **COCONTRATANTE** obriga-se a iniciar os trabalhos no prazo de 5 dias, a contar da notificação do **Contraente Público** acompanhada da identificação dos trabalhos a realizar, o número de horas e os prazos de execução.
3. O **CONTRAENTE PÚBLICO** não está obrigado a consumir a totalidade dessa bolsa de horas.

ARTIGO 4.º FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Dada a natureza administrativa do contrato e a especial tecnicidade do respetivo âmbito, as obrigações do **COCONTRATANTE** serão cumpridas em estreita articulação com a equipa da **CONTRAENTE PÚBLICO** e de acordo com as regras referidas no presente documento e nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 5.º PRAZO DE CUMPRIMENTO

1. O contrato produzirá efeitos na data da sua outorga.
2. O **COCONTRATANTE** obriga-se a fornecer os “updates” e os “upgrades”, incluindo “upgrades” de versão comercializados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.
3. O fornecimento dos “updates” e “upgrades” deve ocorrer no prazo de 7 dias, a contar da data da celebração do contrato ou a contar da data da sua comercialização se for posterior àquele evento.
4. O contrato abrange os serviços de assistência pós-venda e os serviços de “upgrades” de versão a executar entre a data da assinatura do contrato e 31 de dezembro de 2020.

ARTIGO 6.º GARANTIA

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o **COCONTRATANTE** garante os bens objeto do contrato (“updates” e “upgrades”), pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data da instalação contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, no presente documento e na proposta.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) A deslocação ao local da instalação; e
 - b) Recursos humanos necessários às intervenções.
3. No prazo máximo de 2 meses a contar da data em que o **CONTRAENTE PÚBLICO** tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o **COCONTRATANTE**, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas no presente artigo devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo **CONTRAENTE PÚBLICO** e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

- 
5. A intervenção no âmbito da garantia obedece às seguintes regras:
- a) Intervenção nos dias úteis, das 9 às 18 horas;
 - b) Resposta à notificação do **CONTRAENTE PÚBLICO** no prazo máximo de 4 horas.

ARTIGO 7.º EXIGÊNCIA DE QUALIDADE

O **COCONTRATANTE** obriga-se a executar os trabalhos de adaptação, transformação, manutenção e suporte de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.

ARTIGO 8.º LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Por razões de segurança, os serviços serão prestados nas instalações da sede do **CONTRAENTE PÚBLICO**, sem prejuízo da utilização de meios remotos mediante autorização deste.

ARTIGO 9.º ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

1. A **CONTRAENTE PÚBLICO** garantirá à Empresa Prestadora o acesso às suas instalações e às instalações da Administração Pública envolvidas, para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato.
2. A permanência do **COCONTRATANTE** nas instalações do **CONTRAENTE PÚBLICO**, que implique paragem do sistema de informação instalado, deverá ocorrer fora das horas normais de serviço, salvo em situações necessárias a obviar a anomalias verificadas ou outras devidamente justificadas.
3. A **CONTRAENTE PÚBLICO** acordará com o **COCONTRATANTE** as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações.
4. O **COCONTRATANTE** obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações, de acordo com as determinações da **CONTRAENTE PÚBLICO**, bem como à boa guarda e tratamento zeloso dos cartões de identificação disponibilizados pelo **CONTRAENTE PÚBLICO**.



Subsecção II

Dever de sigilo e confidencialidade

ARTIGO 10.º SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. O **COCONTRATANTE** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **CONTRAENTE PÚBLICO**, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na legislação nacional que o execute, relativa à proteção de dados pessoais.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o **COCONTRATANTE** seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o **COCONTRATANTE** obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, o **COCONTRATANTE** garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
6. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, o **COCONTRATANTE** obriga-se a entregar ao **CONTRAENTE PÚBLICO** cópias das declarações de sigilo assinada pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo I** do presente caderno de encargos.
7. As declarações de sigilo devem ser entregues no prazo de 5 dias a contar da celebração do contrato e, no mesmo prazo, sempre que haja alteração de recursos

ARTIGO 11.º PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dez anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.



Secção II

Obrigações do Contraente Público

ARTIGO 12.º PREÇO CONTRATUAL

1. O preço base global da presente aquisição é de 116 000,00 EUR (cento e dezasseis mil euros), a que acresce o IVA;
2. O preço base global encontra-se distribuído pelos seguintes preços base parcelares:
 - a) Assistência pós-venda – 7 000,00 EUR (sete mil euros). a que acresce o IVA;
 - b) Continuidade do produto (“*updates*” corretivos e dentro da mesma versão) – 7 000,00 EUR (sete mil euros), a que acresce o IVA;
 - c) “Upgrade de versão” – 40 000,00 EUR (quarenta mil euros), a que acresce o IVA.
 - d) Serviços de upgrade de versão – 62 000,00 EUR (sessenta e dois mil euros), a que acresce o IVA, correspondendo a 1280 horas por recurso humano

ARTIGO 13.º CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A(s) quantia(s) devidas pelo **CONTRAENTE PÚBLICO**, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas com o vencimento da obrigação respetiva.
2. O pagamento será efetuado da seguinte forma:
 - a) O preço das parcelas mencionadas nas alíneas a) a c) do nº 2 do artigo anterior, em 3 prestações iguais com vencimento 30 dias após a celebração do contrato, em outubro e em dezembro de 2020; e
 - b) O preço da parcela mencionada na alínea d) do número 2 do artigo anterior, com a aceitação dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte do **CONTRAENTE PÚBLICO**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao **COCONTRATANTE**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Sob pena de devolução, as faturas devem identificar claramente o objeto do contrato, a fase / produto e/ou esforço desenvolvido relacionado com a fatura, bem como, o número de compromisso e do pedido a transmitir pelo **CONTRAENTE PÚBLICO** aquando da celebração do contrato.
5. O atraso no pagamento do preço constitui ao **CONTRAENTE PÚBLICO** a obrigação de pagar juros à taxa legalmente devida.



CAPITULO III INCUMPRIMENTO

ARTIGO 14.º PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o **CONTRAENTE PÚBLICO** pode exigir ao **COCONTRATANTE** o pagamento de uma sanção pecuniária, nos seguintes termos:
 - a) Nos casos de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos na alínea c) do nº 2 do artigo 3º, e nos números 2 e 3 do artigo 5.º do presente caderno de encargos, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula $P = \text{Preço contratual} \times A/365$, em que P corresponde ao montante da penalização, e A é o número de dias de atraso;
 - b) Nos casos de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos nºs 4 e 5 do artigo 6.º, e alínea d) do nº 2 do artigo 17º do caderno de encargos, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula $P = \text{Preço contratual} \times A/2000$, em que P corresponde ao montante da penalização, e A é o número de horas de atraso, salvo se o prazo tiver sido fixado em dias, caso em que se aplica a alínea anterior.
2. O atraso no pagamento do preço constitui o **CONTRAENTE PÚBLICO** na obrigação de pagar juros à taxa legalmente devida.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o **CONTRAENTE PÚBLICO** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **COCONTRATANTE** e as consequências do incumprimento.

ARTIGO 15.º RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. A resolução do contrato será efetivada por meio de carta registada com aviso de receção, a qual deverá indicar, expressamente, as causas que a fundamentarem.
2. Poderá haver lugar à resolução do contrato pelo **CONTRAENTE PÚBLICO**, sem prejuízo das correspondentes indemnizações, em especial, nas seguintes situações:
 - a) Quando não houver prestação de serviços nos tempos fixados, qualquer que seja o motivo, por 10 (dez) dias ou 40 horas, seguidas ou interpoladas.
 - b) Quando houver incumprimento grave ou reiterado das obrigações referidas no artigo 10.º do caderno de encargos.

ARTIGO 16.º FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada,



que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **COCONTRATANTE**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **COCONTRATANTE** ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **COCONTRATANTE** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **COCONTRATANTE** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **COCONTRATANTE** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **COCONTRATANTE** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CAPITULO IV

CLÁUSULA DE CONTEÚDO TÉCNICO

ARTIGO 17.º REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS

1. Aquisição de Bens e Serviços Conexos à aquisição de licenças EasyVista, adquiridas pelo **CONTRAENTE PÚBLICO**:

Designação do produto	Quantidades de licenças (objeto dos Serviços Conexos)	Serviços de “upgrades” de Versão
EasyVista ITSM (ou equivalente) (Inclui Service Manager e Web Service Apps)	10119	1280 horas/homem

- a) Assistência pós-venda com suporte em horário normal (das 9 horas às 18 horas);
 - b) Continuidade do produto (“updates” corretivos e dentro da mesma versão);
 - c) “upgrades” de versão;
 - d) Serviços de “upgrade” de versão.
2. A assistência pós-venda executa-se de acordo com as regras mencionadas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 6.º do caderno de encargos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 18.º COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 19.º TRABALHADORES

O **COCONTRATANTE** obriga-se a cumprir com as obrigações decorrentes da legislação sobre trabalhadores estrangeiros, trabalho e segurança social.



ARTIGO 20.º CESSÃO DE CRÉDITOS

A cessão de créditos, designadamente no âmbito de contrato de “*factoring*” carece de autorização do **CONTRAENTE PÚBLICO**.

ARTIGO 21.º CÓDIGO DE CONDUTA

O **COCONTRATANTE** deve respeitar as regras consagradas no Código de Conduta de Fornecedores publicitado em www.seg-social.pt (“A Segurança Social” -> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Sistema de Gestão” -> “Plano de Integridade e Transparência”), página 64 do Plano de Integridade e Transparência.

ARTIGO 22.º FORO COMPETENTE

As partes convencionam que todos os litígios emergentes do presente contrato serão resolvidos no foro administrativo da sede do **CONTRAENTE PÚBLICO** com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 23.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

São aplicáveis, em especial, ao presente contrato os Capítulos IV e V do Título I e Capítulo IV e V do Título II, da Parte III do Código dos Contratos Públicos.



ANEXO I

COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

3001/20/0000090

(minuta)

Entre:

EMPRESA e

xxxxxxxxxx Trabalhador/Colaborador,

CONSIDERANDO QUE:

- a) A **EMPRESA** vai prestar serviços que podem implicar a necessidade de aceder a informação ou a recursos de processamento de informação sob responsabilidade do Instituto de Informática, I.P.
- b) O II, I.P. no exercício das suas atribuições tem acesso ou possui dados de natureza pessoal, técnica, económica ou financeira do sistema da Segurança Social que podem vir a ser conhecidos pela **EMPRESA** no desenvolvimento dos serviços;
- c) Se torna necessário proteger a confidencialidade desses dados;
- d) O II, I.P. é detentor de elementos tecnológicos de base (Know-how e direitos de propriedade industrial e intelectual) nos quais assume a obrigação de manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todos os seus colaboradores ou outras pessoas que, de algum modo, possam ter acesso às informações transferidas;
- e) O II, I.P., enquanto proprietário de múltiplos direitos sobre produtos resultado da investigação e desenvolvimento, pretende salvaguardar a confidencialidade dos mesmos para que possa, nomeadamente, assumir perante terceiros obrigações referentes aos seus próprios direitos;

é celebrado o acordo que consta dos artigos seguintes:

Artigo 1.^a

O Trabalhador/Colaborador obriga-se a:

- a) Não divulgar nem fazer uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de toda a informação a que venha a ter acesso em virtude do vínculo que liga a **EMPRESA** ao II, I.P., salvo e na medida em que tal seja necessário para o exercício estrito das suas funções;
- b) Manter sigilo sobre a organização, os métodos de trabalho, os negócios, as informações, os produtos, os materiais, os protótipos e sobre toda a documentação técnica que façam parte do Know-how, da propriedade ou estejam na posse dos serviços e organismos da Segurança Social, ou que a estes tenha sido cedido por terceiros;
- c) Não fazer cópias de suportes magnéticos ou de manuais de produtos de software que pertençam ou que tenham sido facultados ao II, I.P. e aos serviços e organismos da Segurança Social, salvo se facultados pela própria **EMPRESA** para uso não exclusivo do II, I. P. ou se para tanto obtiver uma autorização, formulada por escrito, pelo seu responsável direto;

Artigo 2.^a

As obrigações assumidas neste artigo continuarão por um período de 10 anos após a extinção do contrato entre o II, I.P. e a **EMPRESA** sem prejuízo dos prazos de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou outros legalmente fixados.

Lisboa, (dia) de (mês) de (ano)

A Entidade Patronal

O Trabalhador/Colaborador